



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

TAINÁ CLARINO DE OLIVEIRA BARBOSA

**A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
EM TEMPOS DE PANDEMIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

CAMPINA GRANDE

MAIO- 2022

TAINÁ CLARINO DE OLIVEIRA BARBOSA

**A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
EM TEMPOS DE PANDEMIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à coordenação do Curso de Licenciatura plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Graduanda em Pedagogia.

Área de concentração: Educação

Orientador: Profa. Dra. Soraya Maria Barros de Almeida Brandão

CAMPINA GRANDE

MAIO - 2022

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B239o Barbosa, Tainá Clarino de Oliveira.
A organização do trabalho pedagógico na educação infantil em tempos de pandemia [manuscrito] : um relato de experiência / Tainá Clarino de Oliveira Barbosa. - 2022.
47 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2022.

"Orientação : Profa. Dra. Soraya Maria Barros de Almeida Brandão, Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."

1. Criança. 2. Educação infantil. 3. Ensino remoto. 4. Relato de experiência. I. Título

21. ed. CDD 372

TAINÁ CLARINO DE OLIVEIRA BARBOSA

**A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
EM TEMPOS DE PANDEMIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à coordenação do Curso de Licenciatura plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Graduanda em Pedagogia.

Área de concentração: Educação

Aprovada em: 23/05/2022.

BANCA EXAMINADORA



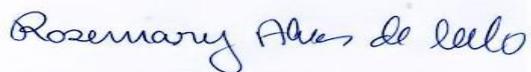
Profa. Dra. Soraya Maria Barros de Almeida Brandão (Orientadora)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Maria do Socorro Moura Montenegro

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Ms. Rosemary Alves de Melo

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A minha mãe, pai, esposo e avó, pelo suporte,
compreensão, paciência, companheirismo e
amor, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pelo seu infinito amor e misericórdia, por me sustentar em todos os momentos e me capacitar, se não fosse por Ele, eu não teria conseguido chegar até aqui.

À Coordenação do curso de Licenciatura plena em Pedagogia, pelo empenho, pela presteza e atendimento prestado.

À minha orientadora, Profa. Dra. Soraya Maria Barros de Almeida Brandão, pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação, pela dedicação, compromisso, compreensão, apoio e incentivo.

À banca examinadora, composta por Profa. Dra. Maria do Socorro Moura Montenegro e Profa. Ms. Rosemary Alves de Melo por aceitar participar desse momento único da minha formação acadêmica.

A todos os professores do curso de licenciatura plena em Pedagogia da UEPB, em especial, Maria Lúcia Serafim e Maria das Graças Ferreira de Lima que contribuíram ao longo desses cinco anos, por meio das disciplinas, debates, reflexões, para o meu desenvolvimento e aprendizagem.

À minha mãe, Tânia Maria Clarino de Oliveira (*in memoriam*), que mesmo não estando presente fisicamente foi uma grande incentivadora para ir em busca dos meus sonhos e está sempre presente em meus pensamentos.

Ao meu pai, Apolônio Ginuino de Oliveira, por todo amor, compreensão e dedicação, buscando sempre me proporcionar o melhor que estava ao seu alcance.

À minha avó, Ilsa de Oliveira, que é minha segunda mãe e inspiração de garra, força e determinação, por todo amor, doçura e cuidado comigo, buscando sempre o melhor para mim me motivando a ser melhor a cada dia.

Ao meu avô Joaquim Ginuino Pereira (*in memoriam*) por ser meu companheiro, por todo cuidado, amor, proteção em todas as demonstrações de afeto que tinha para comigo.

Ao meu esposo, Everton Wesley Dias Barbosa, por todo amor, cuidado, compreensão e companheirismo, meu maior incentivador para não desistir e sempre ir em busca dos meus objetivos.

À minha filha, Sophia Oliveira Barbosa, por mesmo tão pequena ter me mostrado a capacidade de superar todas as dificuldades.

À minha sogra, sogro e cunhados, por todo o suporte e motivação durante este percurso.

À minhas tias e familiares em geral, pela compreensão por minhas ausências nas reuniões familiares em virtude dos trabalhos acadêmicos.

Aos colegas de classe, em especial, Larissa Elvira de Melo Medeiros, Lucynara Figueiredo de Moraes, Maria de Oliveira Pereira e Shirlene Bezerra do Nascimento Brito, por todo apoio, amizade e momentos inesquecíveis vivenciados ao longo dessa jornada.

“Quem ensina aprende ao ensinar. E quem aprende ensina ao aprender.”

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho consiste em um relato de experiência referente à organização pedagógica na Educação Infantil em tempos de pandemia realizado em uma creche/escola na cidade de Campina Grande-PB entre os meses de Maio à Outubro de 2020. O objetivo deste constituiu-se na realização de uma análise sobre a forma de ensino adotada para as atividades remotas pela instituição, o planejamento, confecção de recursos didáticos e recursos tecnológicos utilizados. A metodologia utilizada neste trabalho está relacionada a um relato de experiência de cunho reflexivo e dissertativo sobre a experiência pessoal através do ensino remoto tanto da professora como das crianças da turma. Para a composição do referencial teórico nos embasamos de documentos oficiais, como Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (BRASIL, 2010); a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB/1996 (BRASIL, 2020); e em estudiosos como Guimarães (2017), Sarmiento e Pinto (2013), Sarmiento (2002), Cordeiro (2020), Anjos e Francisco (2010), Gonçalves e Brito (2020), Linhares (2016), dentre outros. Diante do exposto, destacamos que o trabalho com as crianças e a experiência adquirida através dessa forma de ensino com a utilização de recursos digitais proporcionou grandes experiências para nós como educadores bem como para os educandos e seus familiares, proporcionando para estes um novo olhar voltado para a educação, sobretudo a importância da Educação Infantil.

Palavras-Chave: Criança. Educação Infantil. Ensino remoto. Relato de experiência.

ABSTRACT

This work consists of an experience report regarding the pedagogical organization in Early Childhood Education in times of pandemic carried out in a daycare / school in the city of Campina Grande-PB between the months of May to October 2020. The objective of this work was to carry out analysis of the teaching method adopted by the institution for the remote activities, planning, production of didactic resources as well as the technological resources used. The methodology used in this work is related to an experience report of a reflective and dissertative nature about the personal experience through remote teaching of both the teacher and the children in the class. For the composition of the theoretical framework, we based ourselves on official documents, such as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (BRASIL, 2010); Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRAZIL, 2017); Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB/1996 (BRASIL, 2020); and in scholars such as Guimarães (2017), Sarmiento e Pinto (2013), Sarmiento (2002), Cordeiro (2020), Anjos e Francisco (2010), Gonçalves e Brito (2020), Linhares (2016), among others. In view of the above, we emphasize that working with children and the experience acquired through this form of teaching with the use of digital resources has provided great experiences for us as educators as well as for students and their families, enabling them to take a new look at the education, especially the importance of Early Childhood Education.

Keywords: Child. Childhood. Child education. Remote teaching.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 CRIANÇA, INFÂNCIAS E EDUCAÇÃO INFANTIL– ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	14
2.1 A criança e a educação.....	14
2.1.1 A infância e as Culturas Infantis.....	21
2.2 A organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil.....	24
3 A EDUCAÇÃO INFANTIL E O ENSINO REMOTO.....	27
3.1 Ensino Remoto em tempos de pandemia.....	27
3.2 A especificidade da Educação Infantil e o Ensino Remoto	29
4 METODOLOGIA.....	32
5 O USO DE RECURSOS DIGITAIS PARA ATIVIDADES REMOTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	33
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS.....	45

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste em um relato de experiências realizado em uma instituição de Educação Infantil privada localizada na cidade de Campina Grande/PB, especificamente em uma turma de Infantil I, cujas atividades foram desenvolvidas de forma remota em virtude do período da Pandemia do novo Coronavírus (COVID-19)¹, que provocou transformações drásticas em todo o país, sendo o distanciamento social o fator crucial para separar crianças e adultos como medida mais eficaz contra a propagação e controle do referido vírus.

Diante disso, os protocolos de saúde, a nível nacional e internacional, apontaram para a necessidade de que as instituições educativas, dentre outras, conduzissem suas atividades de forma remota. Assim sendo, como já dito anteriormente, desenvolvemos nossas atividades conforme reorganização do Calendário Escolar para que assim não houvesse tantas perdas na carga horária anual em razão da Pandemia da COVID-19. No entanto, isso causou grandes impactos, principalmente na Educação Infantil, onde não se deve deixar as crianças durante muito tempo expostas a telas e, ao mesmo tempo, precisa-se promover algo para que as mesmas possam continuar o convívio com seus pares, o que constitui-se como um grande desafio para famílias, professores e, principalmente, para as crianças que estão privadas, há muito tempo, do convívio escolar.

Isso posto, relatamos como se deu o trabalho pedagógico nesse período de ensino remoto, considerando os pontos positivos e negativos para essa forma de ensino, sobretudo com crianças da Educação Infantil, o objetivo deste trabalho, assim escrito se constitui em: Relatar e analisar a organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil na turma de Infantil I de uma escola da rede privada de ensino, considerando a experiência vivenciada através das atividades remotas realizadas no ambiente virtual em virtude da Pandemia do novo Coronavírus (COVID-19).

Sabemos que a Educação Infantil é de suma importância para a formação infantil, uma vez que se constitui essencial no processo de socialização da criança para além do convívio

¹ A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. O SARS-CoV-2 é um betacoronavírus descoberto em amostras de lavado broncoalveolar obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019. Pertence ao subgênero Sarbecovírus da família Coronaviridae e é o sétimo coronavírus conhecido a infectar seres humanos. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>> Acesso em: 19 de Maio de 2022.

social com seu núcleo familiar, bem como pelo desenvolvimento de habilidades fundamentais à formação humana, além das capacidades cognitivas, culturais, emocionais e motoras, conforme evidenciamos no Artº, 29 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB):

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 2020, p.23).

Observa-se que no cenário atual, reconhecida como primeira etapa da Educação Básica, conforme exposto na lei, a Educação Infantil assume um status formativo e não mais um lugar apenas de assistência social, voltado para os cuidados básicos de higiene e saúde ou de cursinho preparatório para o Ensino Fundamental como foi pensado durante muito tempo.

É importante ressaltar que a Educação Infantil, ao longo da história, tem assumido diversas funções, a exemplo de um lugar de guarda para as crianças desvalidas e aquelas em que as mães precisavam prover o seu sustento. Em meio a tudo isso, a profissão docente, nesse nível de educação, também tem assumido funções diversas. Atualmente, com a pandemia, os professores tiveram que se reinventar para dar conta de algo muito novo no contexto educacional.

Somando-se a isso, faço um parêntese para narrar na primeira pessoa e dizer, brevemente, da minha inserção na docência. A escolha por ser professora veio desde muito pequena, pois adorava dar aula para meus familiares e brincar de escolinha, mesmo sozinha. Sempre gostei de crianças e desenvolvia facilmente vínculos com as mesmas e, assim, ao concluir o Ensino Médio obtive a certeza de que gostaria de cursar Pedagogia.

Ao ingressar na Universidade Estadual da Paraíba, Campus I, no ano de 2016, já no primeiro período do curso de licenciatura em Pedagogia, consegui um estágio na mesma creche na qual está embasado este relato de experiência e assim pude obter o primeiro contato com uma sala de referência na turma do berçário. Este primeiro contato com a sala de referência me fez ter a certeza da escolha da minha profissão e o amor por educar se transformou ainda maior e então no ano seguinte obtive a oportunidade de assumir a turma do Infantil I na qual leciono atualmente.

Quanto a experiência aqui relatada, ressaltamos que as atividades escolares foram iniciadas em fevereiro de 2020, mas no dia 17 de março de 2020 a prefeitura de Campina Grande/PB lançou um decreto suspendendo as atividades presenciais em todas as instituições de ensino em virtude da pandemia mundial decretada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para conter a disseminação do SARS COV2, que desencadeou a doença Covid- 19.

Diante desse cenário caótico, os educandos ficaram impossibilitados de frequentar as instituições de ensino, afetando assim o vínculo e o contato com seus professores, colegas e toda a rede de apoio escolar. Com isso, em abril do mesmo ano, a Prefeitura de Campina Grande/PB orientou as instituições de ensino a dar continuidade às atividades escolares através do ensino remoto. Assim sendo, as creches, pré-escolas e escolas passaram a ministrar suas atividades através da utilização de plataformas digitais disponíveis para acesso, tais como Google Meet, Google Classroom, Zoom, Skype e Whatsapp, como também através da confecção e disponibilização de recursos pedagógicos, materiais diversos e envio de atividades impressas.

Através dessa alternativa para dar-se continuidade ao ano letivo, muitos questionamentos foram explanados, especificamente em relação à exposição de crianças pequenas a telas. Sabemos que para a Educação Infantil, a vivência, o contato físico e o ambiente escolar são fundamentais para o desenvolvimento da criança e com essa nova forma de se ensinar todos os aspectos, antes preservados, acabou sendo ressignificados. Isto é, para as crianças pequenas, o ensino remoto não é recomendado, porém, para que estas não fossem prejudicadas em seu processo de socialização essa foi a alternativa recomendada pelo Ministério da Educação. Partindo dessa determinação a nível nacional, foram realizadas, em nossa escola, reuniões para determinar como se daria a ministração das atividades, elaboração de recursos pedagógicos, atividades e materiais (folha, lápis de pintura, cola, diversos papéis coloridos, etc) enviados para a casa das crianças para que pudéssemos dar prosseguimento ao ano letivo de 2020.

O referencial teórico do presente estudo está embasado nos documentos oficiais e legais, tais como as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (BRASIL, 2010); a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB/1996 (BRASIL, 2020); e em estudiosos como Guimarães (2017), Sarmento e Pinto (2013), Sarmento (2002), Cordeiro (2020), Anjos e Francisco (2010), Gonçalves e Brito (2020), Linhares (2016), dentre outros.

Este trabalho está, estruturalmente, dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo, abordamos sobre a concepção de criança e a Educação Infantil ao longo dos anos, no qual estavam voltados apenas para cuidado e não para construção de conhecimento, destacando, também, a importância dessa etapa na vida de todo indivíduo, bem como organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil. No segundo capítulo, fizemos uma abordagem sobre a Educação Infantil e o ensino remoto, discorrendo como deu-se o ensino nesse período através do ambiente virtual de forma mais ampla, como também, destacamos

sobre qual o papel da Educação Infantil e como suas especificidades foram trabalhadas no ambiente remoto. No terceiro capítulo, apresentamos o método de pesquisa que nos embasamos e logo após, no quarto capítulo, foi realizada descrição sobre o uso dos recursos digitais para as atividades remotas na Educação Infantil e a participação das crianças através do relato de experiência das atividades ministradas com a utilização da plataforma do Google Meet. Em sequência, apresentamos nossas considerações finais e as referências bibliográficas.

2 CRIANÇA, INFÂNCIAS E EDUCAÇÃO INFANTIL– ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

2.1 A criança e a educação

Ao longo do tempo, os conceitos de criança e infância sofreram diversas alterações com as mudanças de paradigmas na história da sociedade, especificamente em se tratando da família. O primeiro destaque dado à infância e a criança se deu com a chegada dos portugueses, sobretudo com os povos jesuítas no qual tinham como finalidade educar os nativos indígenas para que eles se tornassem civilizados, dando origem às escolas jesuítas através da Companhia de Jesus, fundada em 1540 para realização de catequese. Linhares (2016) destaca que,

Ao longo do período colonial acreditava-se que, a catequização das crianças constituiria novas gerações de cristãos no novo mundo. Mas, não era só com a religião que os padres da Companhia de Jesus estavam preocupados, havia escolas de ofícios diversos para ensinar aos infantes uma profissão considerada digna, além da permanência da agricultura nas missões de catequese (LINHARES, 2016, p. 33).

De acordo com Guimarães (2017, p.86), “Os jesuítas demarcaram o início da história da educação com uma natureza essencialmente religiosa e uma imagem de criança a exemplo de uma folha de papel em branco, moldável e educável para a obediência e disciplina”. Mesmo não tendo nenhum valor social e serem insignificantes para a sua família, os jesuítas acreditavam que as crianças seriam os melhores vetores para a catequização dos adultos, nesse caso, os seus pais.

Outro fato que se deve destacar é que nesse período o desequilíbrio entre as classes sociais já se fazia presente, isto é, as crianças brancas e negras tinham atendimentos diferenciados no acesso à educação. Em outras palavras, as crianças negras filhas das escravas, os indígenas e os órfãos não desfrutavam de uma educação na infância, iniciando a vida laboral por volta dos cinco anos de idade. Assim sendo, só exclusivamente os filhos da elite haviam aprendido a ler e escrever com professores particulares em torno dos seis anos de idade. Mesmo tendo um atendimento diferenciado quanto à educação, estes também já utilizavam trajes adultos e recebiam como punição castigos corporais. Com isso, a infância era apenas uma fase de passagem para ser ultrapassada e não vivida, até chegar na fase adulta.

Segundo Rousseau² a criança era vista como um ser irracional, inocente e imatura. Ela não pensava, mas, aprendia pelos sentidos através de experiências práticas e vividas. A infância por sua vez não seria apenas uma fase de passagem, e sim, uma fase de vida diferente do adulto e a escola tinha o papel de formar o sujeito autônomo para a sociedade democrática e para o Estado moderno (BOTO, 2002).

Em outra perspectiva, João Amós Comenius³ no seu livro *à Didática Magna* (1649) enfatiza que a educação deve ser para todos e não apenas para alguns. A respeito da sua visão pedagógica Comenius visava uma educação onde crianças, mulheres e deficientes pudessem aprender independentemente da sua classe social, pois naquela época, essas pessoas eram excluídas do ensino.

Na obra *“A História Social da Criança e da Família”* Ariès (1981, p. 157) destaca que o “sentimento de infância” construiu-se historicamente. Para o autor, foi-se, ao longo do tempo, se construindo uma consciência da particularidade infantil que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Sua pesquisa mostra, ainda, que em parte da Idade Média, as crianças eram vistas como meros seres vivos, não possuindo nenhum estatuto social, o que levava-os ao descaso por parte do adulto. Pensada desta forma, as crianças acompanhavam os adultos em todas as suas atividades.

Ressalta-se que nesse período histórico evidenciou-se um elevado índice de mortalidade, uma vez que muitas crianças não recebiam, por parte do adulto, os cuidados básicos. De acordo com Linhares (2016, p. 34), “As taxas de mortalidade infantil, eram altas devido à ausência no tratamento de doenças. Educação, brincadeiras, alimentação saudável e direito à saúde era algo que não fazia parte de suas realidades.”

Na passagem do século XVII para XVIII, começa a surgir um novo pensar sobre a infância, este foi visto como um período de ingenuidade e fragilidade do indivíduo, com isso, estes passaram a receber todos os incentivos possíveis por sua fragilidade. Assim sendo, as crianças passaram a ser mimadas, o que deu origem à "paparicação" causando grandes burburinhos entres os moralistas, homens da lei e eclesiásticos que enxergavam essa forma de

² Jean Jacques Rousseau (1712-1778) foi um destacado filósofo social e escritor suíço. O mais radical e popular dos filósofos que participaram do movimento intelectual do século XVIII – o Iluminismo. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/jean-jacques-rousseau/>> Acesso em: 19 de Maio de 2022.

³ Jan Amos Comenius foi uma significativa liderança religiosa no contexto em que viveu, de 1592 a 1670. Ele era devotado seguidor de Jan Huss e, predecessor do filósofo Jean Jacques Rousseau, foi o criador da Pedagogia Moderna. Seu ideal pedagógico era movido pelo preceito "Ensinar tudo a todos", o qual resumia as bases e as normas que regem o Homem no seu desempenho na esfera terrena, como criador de sua trajetória. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/educacao/a-pedagogia-de-comenius/>> Acesso em: 19 de Maio de 2022.

tratamento dos adultos com as crianças como atitudes negativas que levariam as mesmas aos maus costumes, a partir desse olhar surgiu então o “sentimento moralista”.

Ao passar do tempo, emerge, na sociedade moderna, um novo olhar sobre a infância em que se compreendia a sua particularidade, no sentido de distinguir a criança do adulto. Essa nova concepção de infância iniciou-se pela criança nobre e filhos da alta burguesia, as crianças desvalidas ou pobres continuavam, por muito tempo, indiferenciadas em sua condição de filhos.

Farias (2005, p.37) em seus estudos sobre a infância e educação no Brasil nascente mostra que no Brasil escravocrata, a população infantil era dividida em dois grandes grupos: a criança filha da elite que morava na casa-grande e a criança escrava, tratadas de forma diferenciada, conforme suas respectivas condições social e econômica, assim como “as crianças brancas oriundas de famílias pobres que também não gozavam de privilégios, sendo muitas vezes abandonadas à sorte da rua por falta de meios de sobrevivência” (FARIA, 2005, apud. BRANDÃO, 2009, p. 55).

Compreendida dessa forma, nada se fazia em prol do desenvolvimento da criança, e nesse sentido, durante muito tempo houve pouca atenção para a infância, o que implicava na não preocupação com um lugar específico para esse grupo geracional, uma vez que realizavam todas as suas atividades diárias em meio aos adultos.

Com o passar dos anos, foram surgindo as casas de apoio para as crianças carentes que acabavam sendo abandonadas por suas mães por não poderem cuidar dos seus filhos e terem que ir trabalhar na casa dos senhores. A partir do século XIX, com as mudanças sociais, econômicas, políticas e o Movimento da Escola Nova, houve, no Brasil, a fundação de creches e pré-escola para as mães que precisavam ir ao trabalho.

A creche, para as crianças de zero a três anos, foi vista como muito mais do que um aperfeiçoamento das Casas de Expostos, que recebiam as crianças abandonadas; pelo contrário, foi apresentada em substituição ou oposição a estas, para que as mães não abandonassem suas crianças (KUHLMANN, 1998, p. 78).

Assim, com a disponibilização de creches, essa geração de crianças pequenas teve a oportunidade de viver em um ambiente familiar que anteriormente não tinham acesso .

Apesar da instalação de creches para as classes mais pobres no país, a infância no Brasil só começou a se tornar interesse da população de classe média alta a partir de 1875, com o surgimento do primeiro jardim de infância privado para os filhos da classe média do sexo masculino. As atividades desenvolvidas nestes ambientes estavam direcionadas às ideias de alguns estudiosos, a exemplo de Froebel, cujas metodologias estavam de acordo com o

método intuitivo e o desenvolvimento da percepção direta e experimental das crianças (GUIMARÃES, 2017, p. 93)

O educador Froebel era visto como pedagogo da infância, uma vez que foi quem criou os primeiros jardins da infância, denominados de Kindergarten. Segundo ele, a educação deve possibilitar condições para desenvolvermos nossas expressões, necessidades e desejos individuais. Afirma, também, que a criança possui diversas potencialidades e a escola precisa estimulá-las através da livre expressão para que esta se torne independente e disciplinada.

Ressaltamos que no Brasil, os intitulados jardins de infância buscavam atender as necessidades das crianças da alta sociedade com função de educar, higienizar e cuidar das crianças da elite através do aprimoramento e transmissão de valores sociais e morais dessa classe social dominante.

Outros autores que influenciaram fortemente a concepção de Educação Infantil foram Montessori e Freinet.

Montessori era uma médica que traçou o caminho da educação para a vida, também defendia a livre expressão e enxergava a escola como o espaço de estimulação do desenvolvimento espontâneo. Para ela, a criança é um ser ativo e, assim como Froebel, ela também acreditava no método intuitivo, se preocupando com a educação das sensações para que a inteligência ocorra (FRAGELLI; CARDOSO, 2011).

Celestin Freinet, foi um pedagogo Francês criador do movimento da escola moderna, apoiava o formato de uma educação libertadora e de uma educação para a vida. Para ele a criança era um ser ativo, cooperativo, expressava-se livremente e tinha a capacidade de transformar a sociedade.

Seguidor dos estudos de Decroly, acreditava na capacidade da criança se conduzir e em seu potencial para aprender a partir daquilo que lhe despertava interesse. Para isso, propõe, assim como Froebel, os centros de interesse como recurso metodológico. Defende a pesquisa livre, que denominou de “tatear experimental”, como ferramenta para que a criança conheça, tasteie e experimente o mundo ao seu redor. Além disso, destaca o trabalho cooperativo, a disciplina escolar e a autoridade do professor (FRAGELLI; CARDOSO, 2011, p.63).

Apesar dos jardins de infância serem baseados no pensamento de Froebel, os mesmos não tinham a intenção de trabalhar o desenvolvimento intelectual da criança (físico, moral e intelectual), mas estavam voltados para uma pedagogia das brincadeiras.

Delmondes (2015) destaca que:

Para os filhos das classes médias e altas, são criados os jardins de infância, já para os filhos dos trabalhadores, são criadas as creches e os parques infantis. O que difere um do outro é o tipo de atendimento ofertado, isto é, a educação da criança pobre

não possuía a mesma atenção que a das crianças da elite, pois, nesse contexto, ser pobre era aquele merecedor de piedade das pessoas e, embora os reformadores defendessem a educação com o direito universal, o Estado priorizava a formação diferenciada para a elite (DELMONDES, 2015, p.36).

Dessa forma, com surgimento dessas creches ou asilos para as crianças pobres e com a implementação da constituição de 1888⁴ os castigos corporais e a mortalidade infantil ainda prosseguiram em alto índice no país. O trabalho infantil continuou ativo nesse período, visando ter o controle social sobre a infância e reprodução das classes sociais, assim, cada vez mais, o número de crianças que viviam em um cenários precários na rua aumentava, passando, a criança, a ser vista como problema social.

Diante disso, preocupados com o futuro do Brasil durante o século XIX, as instituições religiosas realizaram projetos de caridade para auxiliar estas crianças e entre 1874 a 1889 surgiu a primeira pediatria.

Os profissionais dessa especialidade médica treinavam as famílias nos cuidados para com a saúde e higiene da criança. Os primeiros anos de vida já eram reconhecidos como uma etapa importante, mas o objetivo era moldar a criança, sob a alegação de defesa da sociedade (RIZZINI, 1997 apud GUIMARÃES, 2017, p. 16).

Nesse período do Brasil República, especificamente durante as duas décadas iniciais do século XX, foram implementadas as primeiras pré-escolas assistencialistas no Brasil e destas surgiram as creches ainda voltadas para o meio médico-assistencial. Com o surgimento das reivindicações da classe trabalhadora e de muita pressão sobre o poder público foram criadas algumas creches e pré-escolas nas indústrias ou próximos a elas. Diante disso, em 19 de novembro de 1930 foi elaborado o Decreto nº 10.402 que criou o Ministério da Educação e da Saúde Pública. Em seguida, em 1940, surgiu o Departamento Nacional da Criança. Assim,

Nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, o Estado começou a ter uma presença mais direta na questão da infância, atuando, inicialmente, como agente fiscalizador e regulamentador dos serviços prestados pelas entidades filantrópicas e assistenciais (ANDRADE, 2010, p. 132).

⁴ A Constituição de 1988 é a atual Carta Magna do Brasil que serve de parâmetro para as demais legislações vigentes no país. Aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte, ela foi promulgada no dia 5 de outubro de 1988, durante o governo do presidente José Sarney. Conhecida com Constituição Cidadã, a Constituição da República Federativa do Brasil restabeleceu a democracia após 21 anos de Ditadura Militar no Brasil. A Constituição de 1988 foi elaborada pela Assembleia Nacional Constituinte presidida pelo deputado Ulysses Guimarães e composta por 559 parlamentares.

A Constituição de 1988 consolidou a transição de um regime autoritário para um democrático. Assim, restabeleceu a inviolabilidade de direitos e liberdades básicas e instituiu preceitos progressista, tais como a igualdade de gênero, a criminalização do racismo, a proibição da tortura e direitos sociais, como educação, trabalho e saúde. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/constituicao-de-1988>> Acesso em: 19 de Maio de 2022.

Como a criança não tinha importância para a sociedade, ela foi tachada por diversas nomenclaturas e através da regulamentação do primeiro código brasileiro voltado à proteção e assistência para à Infância e Adolescência essa situação foi alterada implementando assim o Código de Menores de 1927 (Decreto 17.943-A, de 12-10-1927) como afirma Guimarães,

[...] o Estado elabora sua primeira política pública para a infância pobre, com a implantação do referido Código que, por sua vez, estimulou a criação dos instrumentos jurídicos que passaram a apoiar as instituições com uma abordagem predominantemente médico-jurídica por intermédio do Poder Judiciário (GUIMARÃES, 2017, p.98).

Diante de toda essa situação, no fim do século XIX percebe-se que no lugar de uma política voltada à educação estava em curso uma política jurídico-assistencial no qual preocupavam-se apenas com as crianças que eram consideradas uma ameaça à sociedade.

Com o surgimento do movimento escolanovista⁵, o pensamento sobre educação tomou novo rumo, uma educação que mudaria o país. Mas, as mudanças pedagógicas propostas pela escola nova estavam direcionadas apenas para a elite e as escolas populares continuavam com o seu método de ensino antes estipulado pelo estado.

Em 1940 houve um crescente aumento nos empreendimentos do governo sobre às crianças por meio de programas assistenciais, embasados em projetos solidários, no higienismo e nos cuidados com o desenvolvimento infantil (conhecido como puericultura). Com isso, em 1942 surge a Legião Brasileira de Assistência (LBA) que tinha como estratégia política promover um olhar voltado à criança especificamente com atendimento para as crianças de zero a seis anos de idade visando o destaque na educação.

Esse modelo de assistência às crianças com essa faixa etária foi de grande importância para as comunidades e serviu de apoio às famílias. Mas, vale salientar também que através da LBA o governo federal participava de forma direta de alguns municípios com custeios e ainda tinham como objetivo mostrar para a elite que as ameaças para a sociedade estavam sendo controladas.

Até metade da década de 1950 o número de creches fora das indústrias era limitado e as que funcionavam fora destas estavam destinadas a suprir as necessidades dos mais pobres por meio do trabalho de entidades de cunho religioso. No ano de 1959, com a Declaração Universal dos Direitos da Criança pela Organização das Nações Unidas (ONU) os direitos da criança e o cuidado social com a população infantil foi instaurado, a criança passou a ser vista

⁵ A Escola Nova foi um movimento de renovação do ensino que foi especialmente forte na Europa, na América e no Brasil, na primeira metade do século XX. O escolanovismo desenvolveu-se no Brasil sob importantes impactos de transformações econômicas, políticas e sociais. Disponível em: <<https://educador.brasilecola.uol.com.br/gestao-educacional/escola-nova.htm>> Acesso em 19 de Maio de 2022.

como sujeito de direitos, assegurando os mesmos o direito à educação, saúde, segurança social, profissionalização e lazer no qual o Estado e à Sociedade tem o papel e dever de garantir estes direitos. Com isso, em 1961, ocorreu a aprovação da Lei 4024/61 intitulada como Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que deliberou inserção dos jardins de infância no sistema de ensino através da implementação dos artigos 23º e 24º desta Lei.

Durante a década de 1970, o Estado passou a reconhecer a importância da Educação Infantil, realizando uma amplificação do atendimento às crianças, sobretudo aquelas entre quatro e seis anos, pelo alto índice de evasão escolar e repetência destas crianças de classes pobres.

Perante esta conjuntura, a educação pré-escolar é apontada como solução das carências culturais destas crianças para que consigam sucesso no ensino escolar. Constitui-se, então, no Brasil, uma política de atendimento à infância pautada na preparação, na educação compensatória para a inserção da criança no ensino escolar; um modelo de atendimento em massa, com menor custo possível, a fim de atender um maior número de crianças das camadas populares, o que denota a presença dos interesses neoliberais dos organismos internacionais (GUIMARÃES, 2017, p.113)

Esse tipo de atendimento à infância buscava sempre ressarcir os interesses neoliberais e assim diminuir a evasão escolar. Partindo dessa narrativa, estas políticas educacionais devem buscar sempre o bom desenvolvimento da criança, enfatizando os seus direitos e cuidados de forma que elas possam cada vez mais serem cidadãos de valor na sociedade.

Em 1980, ocorreu a expansão das matrículas, firmando a sua importância nessa etapa do processo escolar, trazendo consigo também a elaboração dos currículos e das propostas pedagógicas que surgem de início nas Secretarias de Educação e seguem para as pré-escolas. Durante a ditadura militar, no que se refere à infância e ao atendimento à criança, este não obteve mudanças e continuou sendo realizado de forma auxiliadora e preconceituosa. De acordo com o art. 227º da Constituição de 1988, a criança dispõe de alguns direitos e a mesma afirma o seguinte:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (EC no 65/2010) (BRASIL, 1988, p.132).

Dessa forma, salienta-se a importância da efetivação de tais direitos nos quais são considerados básicos para qualquer cidadão, principalmente a educação.

Algumas mudanças na área da Educação Infantil começaram a surgir a partir da década de 1990 através da influência do Banco Mundial e das organizações internacionais,

estes trouxeram uma nova concepção do desenvolvimento infantil que buscavam combater a pobreza através de modelos assistencialistas que não haviam dado certo em décadas anteriores. Diante disso, surge então o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei nº 8.069/1990 que no art. 4º ratifica a efetivação desses direitos antes estipulados na Constituição Federal de 1988, no art. 227º.

Além da implementação da Constituição de 1988 e do Estatuto da criança e do Adolescente em 1990, outro fato importante para a Educação Infantil se deu através da implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº 9.394/1996, que promovia para as crianças instituições voltadas ao cuidado e a educação para as crianças de 0 a 6 anos. Com isso, as creches e pré-escolas deixaram de ter apenas um caráter assistencial e começaram a exercer um papel intrínseco entre educar e cuidar.

Nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação (BRASIL, 2017, p. 32).

Com a difusão desta lei em junção com as demais resoluções educacionais decorrentes a Educação Infantil de acordo com o art. 29 da LDB 9394/96, esta passou a ser vista como:

[...] primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 2020, p.23).

Muitas modificações ocorreram na educação desde a década de 90 até os dias atuais no nosso país e isso desencadeou resultados relevantes para as crianças e adolescentes, sobretudo as de classes mais pobres no Brasil. Salientamos que em janeiro de 2009 houve mudanças sobre o órgão que realizava o financiamento das instituições de Educação Infantil (antes realizadas pela Assistência Social), esta por fazer parte da Educação Básica passou a ficar sob a condução administrativa, pedagógica e política das secretarias municipais de educação em todo o território de âmbito nacional.

2.1.1 A infância e as Culturas infantis

A infância é um dos períodos mais importantes para o desenvolvimento da criança, não apenas no campo educacional mas em todos os aspectos sejam eles, físicos, motores ou mentais. Bob Franklin destaca que,

A infância não é uma experiência universal de qualquer duração fixa, mas é diferentemente construída, exprimindo as diferenças individuais relativas à inserção de género, classe, etnia e história. Distintas culturas, bem como as histórias individuais, constróem diferentes mundos da infância (FRANKLIN, 1995 p.7 apud SARMENTO; PINTO, 2013, p.4).

Mas, a infância sempre foi alvo de vários conceitos, pois a mesma, principalmente, na época medieval de acordo com Ariès (1981 p.10) partia da análise que “A duração da infância era reduzida a seu período mais frágil enquanto o filhote do homem ainda não conseguia bastar-se; a criança então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava dos seus trabalhos e jogos”.

Ainda segundo Philippe Ariès, o surgimento dos termos de criança, adolescente e adulto só surgiram com a sociedade moderna no qual ele intitula como “idades da vida” e para ele “A criança, por muito tempo, não foi vista como um ser em desenvolvimento, com características e necessidades próprias, e sim, homens de tamanho reduzido” (ARIÈS, 1981 p.18 apud LINHARES, 2016, p. 24).

Por outro lado, Sarmento e Pinto (2013) destacam que:

O estudo das crianças fora dos respectivos contextos sociais de pertença poderia iludir numa categoria comum a existência de diferenças essenciais à compreensão dos seus modos diversos de agir socialmente. Parece por isso indispensável considerar na investigação da infância como categoria social a multivariabilidade sincrónica dos níveis e factores que colocam cada criança numa posição específica na estrutura social. Em simultâneo, é necessário considerar os factores dinâmicos que possibilitam que cada criança na interacção com os outros produza e reproduza continuamente essa estrutura (SARMENTO; PINTO, 2013, p. 7).

A infância dessa forma de acordo com o pensamento dos autores era vista como uma categoria social que vai além da categorização de idade, esta engloba diversos temas interligados a classes sociais, ao género, etnia e cultura. Partindo dessa mesma perspectiva em “*Currículo e Movimento da Educação Básica - Educação Infantil*” os autores trazem o pensamento de que,

A concepção de infância e, conseqüentemente de educação, deve ser engendrada na perspectiva da superação de desigualdades e da guarida da alteridade, para a transformação histórico-social da humanidade. Destaque-se, então, que a concepção de infância(s) que norteia a primeira etapa da Educação Básica decorre de determinações sociais mais amplas de âmbito político, econômico, social, histórico e cultural, ou seja, consiste em considerar a criança, no contexto das práticas pedagógicas, como aquela que tem necessidades próprias, que manifesta opiniões e

desejos, de acordo com seu contexto social e sua história de vida (BRASIL, 2013, p.23).

É preciso considerar a infância como uma condição da criança, assim sendo Kuhlmann afirma que,

O conjunto das experiências vividas por elas em diferentes lugares históricos, geográficos e sociais é muito mais do que uma representação dos adultos sobre essa fase da vida. É preciso conhecer as representações de infância e considerar as crianças concretas, localizá-las como produtoras da história (KUHLMANN, 1998, p. 30).

É na infância que a criança tem a oportunidade de construir sua própria história, se tornando cada vez mais independentes e ocupando o seu devido lugar na sociedade. A infância assim como as demais fases da vida é fundamental para o desenvolvimento humano e é nesse período em que a mesma tem a oportunidade de se descobrir e vivenciar experiências ainda nunca vividas. Nessa perspectiva, Nono e Guimarães (2016) salientam que,

As crianças possuem uma natureza singular, que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio. Nas interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem, as relações contraditórias que presenciam e, por meio das brincadeiras, explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos. No processo de construção do conhecimento, as crianças se utilizam das mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem idéias e hipóteses originais sobre aquilo que buscam desvendar. Nessa perspectiva as crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem. O conhecimento não se constitui em cópia da realidade, mas sim, fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação (NONO; GUIMARÃES, 2016, p.38).

As culturas infantis não são exclusivas da infância, elas surgem através de diversos contextos sociais no qual as crianças estão inseridas, é a partir de suas vivências e da sua realidade social que tais culturas são formadas.

A variação das condições sociais em que vivem as crianças são o principal factor de heterogeneidade. Para além das diferenças individuais, as crianças distribuem-se na estrutura social segundo a classe social, a etnia a que pertencem, o género e a cultura. Todos estes aspectos são importantes na caracterização da posição social que cada criança ocupa (SARMENTO; PINTO, 2013, p. 7).

A imaginação da criança se constitui por diversas correntes teóricas da Psicologia, principalmente nos pensamentos psicanalíticos e construtivistas. Para Freud,⁶ “o imaginário

⁶Um dos nomes mais influentes e polêmicos do século XX, Sigmund Freud foi um médico neurologista que morou em Viena, capital da Áustria, por quase todos os seus 83 anos de vida. O doutor realizou diversas contribuições para as áreas de medicina, psicologia, literatura, filosofia, política, entre outras. No entanto, seu principal feito, enquanto profissional da área de saúde e especialmente da mente humana, é ter criado uma importante teoria, a psicanálise ou teoria freudiana. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/biografia/sigmund-freud.htm>> Acesso em: 19 de Maio de 2022.

infantil corresponde à expressão do princípio do desejo sobre o princípio da realidade, sendo o jogo simbólico uma expressão do inconsciente, para além da formação da censura” (SARMENTO, 2002, p. 2).

Já segundo o pensamento de Piaget⁷, “o jogo simbólico é a expressão do pensamento autístico das crianças, progressivamente eliminado pelo processo de desenvolvimento e construção do pensamento racional” (SARMENTO, 2002, p. 2).

Mas, o conceito referente a “culturas da infância” tem vindo a ser estabelecido consistentemente pela Sociologia da Infância como um elemento distintivo da categoria geracional. De acordo com Sarmiento (2002, p. 3-4) “Por esse conceito entende-se a capacidade das crianças em construir de forma sistematizada modos de significação do mundo e de acção intencional, que são distintos dos modos adultos de significação e acção”. Assim,

A cultura infantil é, pois, produção e criação. As crianças produzem cultura e são produzidas na cultura em que se inserem (em seu espaço) e que lhes é contemporânea (de seu tempo) (BRASIL, 2007, p. 16)

Com as relações entre as culturas que são introduzidas pelos adultos e a absorção das culturas que são adquiridas através das interações com as outras crianças é formado esse mundo de culturas. Interligando a cultura escolar com a utilização de seus códigos próprios, hierarquização, transmissão dos saberes, valores e a contribuição da indústria infantil com o uso de jogos, brinquedos, literatura, cinema, entre outros se dá essa formação cultural, tornando-se assim seus próprios criadores culturais.

Dessa forma, a infância assim como as culturas infantis são fundamentais para o desenvolvimento das crianças principalmente na primeira infância. Essas experiências adquiridas com a convivência com outras culturas fazem com que as crianças desenvolvam habilidades e ainda consigam superar e trabalhar a sua identificação social.

2.2 A organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil

A organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil se constitui por meio de diversos aspectos que juntos contribuem para a efetividade desse trabalho pedagógico. Essa

⁷ Jean Piaget, o biólogo que colocou a aprendizagem no microscópio. O cientista suíço revolucionou o modo de encarar a educação de crianças ao mostrar que elas não pensam como os adultos e constroem o próprio aprendizado. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/1709/jean-piaget-o-biologo-que-colocou-a-aprendizagem-no-microscopio/>> Acesso em: 19 de Maio de 2022.

organização se fundamenta através da compreensão do que se tem descrito nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), as implementações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a forma de currículo e organização do mesmo assim como a elaboração dos projetos políticos pedagógicos e sua aplicação no dia a dia escolar.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no art. 2º, “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (LDB, 1996, p. 8). Assim,

Com a Constituição Federal de 1988, o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 6 anos de idade torna-se dever do Estado. Posteriormente, com a promulgação da LDB, em 1996, a Educação Infantil passa a ser parte integrante da Educação Básica, situando-se no mesmo patamar que o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. E a partir da modificação introduzida na LDB em 2006, que antecipou o acesso ao Ensino Fundamental para os 6 anos de idade, a Educação Infantil passa a atender a faixa etária de zero a 5 anos (BRASIL, 2018, p.31).

A criança além de ser um ser ativo é um ser histórico, autônomo, e transformador da sociedade. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), a criança é vista como:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2010, p. 12).

O currículo da Educação Infantil de acordo com as DCNEI (BRASIL, 2010) é fundamentado em concepções que possibilitam a elaboração de métodos a serem trabalhados pelos professores para que estes os auxiliem nas realizações das atividades cotidianas que irão desenvolver nas crianças suas competências e habilidades. Nessas atividades práticas é realizado uma correlação entre o conhecimento que a criança já adquiriu e o que ela irá absorver e assimilar mediante as novas experiências no seu convívio cultural e social.

As DCNEI enfatiza que o currículo é,

Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (BRASIL, 2010, p.12).

Na Educação Infantil, tendo em vista os eixos estruturantes das práticas pedagógicas (interações e brincadeiras) nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil e as competências gerais propostas pela Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), são assegurados seus direitos de aprendizagem para que as crianças aprendam, se desenvolvam,

tenham um papel ativo, onde possam vivenciar desafios tentando resolvê-los podendo construir significados sobre si mesmo sobre o outro e o mundo. Os direitos são: Conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

A BNCC também estabelece cinco campos de experiências, nos quais as crianças podem aprender e se desenvolver: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação e por último Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Esses aspectos são fundamentais para uma boa elaboração e implementação do trabalho pedagógico na Educação Infantil. Todas essas especificidades devem sempre estar alinhadas com a realidade das crianças para que assim se obtenha o objetivo desejado nesse processo de ensino e aprendizagem durante toda a primeira infância que é compreendida como a educação básica.

3 A EDUCAÇÃO INFANTIL E O ENSINO REMOTO

3.1 Ensino Remoto em tempos de pandemia

Com o aumento da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) no início de Março de 2020 todo o país começou a sofrer mudanças com a elaboração de decretos tanto municipais como estaduais que determinavam o fechamentos de estabelecimentos públicos e privados, bem como as escolas e creches. Assim, diante do decreto nº 40.242 no dia 16 de Maio 2020 no Art. 7º “Fica determinada a prorrogação da suspensão das aulas presenciais nas escolas, universidades e faculdades da rede pública e privada em todo o território estadual até o dia 31 de maio de 2020” (PARAÍBA, 2020, p. 5).

Com o avanço cada vez maior da pandemia, as atividades não voltam no tempo previsto nesse primeiro decreto e assim foram sendo elaboradas e estipuladas outras datas para retorno. Em meio ao estado de calamidade pública, as instituições decidiram então por consentimento do Ministério da Educação (MEC) migrar para um ambiente novo, as atividades começaram a ser pensadas para serem realizadas através da utilização dos recursos digitais. De acordo com o MEC, a educação a distância pode ser considerada como,

[...] a modalidade educacional na qual alunos e professores estão separados física ou temporalmente e por isso, faz-se necessária a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação. Essa modalidade é regulada por uma legislação específica e pode ser implantada na educação básica e na educação superior (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018).

Mas, Ensino remoto é uma forma de ensino diferente do Ensino a Distância (EaD) utilizado nos cursos em sua maioria superiores, essa modalidade de ensino emergencial estava voltada para todas as faixas etárias, sobretudo na Educação Infantil. Migrar para esse meio digital não foi algo fácil para os educadores pois a grande maioria não tinham o domínio sobre as plataformas digitais que estavam disponíveis para uso, as escolas buscando uma solução rápida para dar continuidade ao ano letivo não estavam preparadas para uma situação desse porte e assim muitos professores encontraram dificuldades para trabalhar com esses recursos digitais.

Os desafios e limitações que o ensino remoto nos impõe para que possamos nos manter conectados vão além de ser somente questões conceituais do papel de cada agente na educação. As aulas on-line, atividades em tempo real com os alunos com a alta dependência da internet para fornecimento de dados, transmissão de informação, streamings e lives, nos mostram como é imprescindível uma infraestrutura que seja capaz de atender a todos, o que é muito difícil em um país com condições tão desiguais em sua população (RUSCHEL; TREVISAN; PEREIRA, 2020, p.4)

Dessa forma, além de todo o despreparo para a utilização das tecnologias e da utilização das mesmas em rede, de acordo com Cordeiro (2020):

Professores que tinham pouco ou nenhum contato com tecnologia precisaram começar a planejar aulas mediadas por telas junto a seus coordenadores pedagógicos, ao mesmo tempo em que descobrem sobre o funcionamento de ferramentas tecnológicas. Com aulas online, surgiram novos desafios que não eram comuns nos encontros presenciais como problemas de conexão e engajamento dos alunos à distância (CORDEIRO, 2020, p.6).

Outro fato que também deixava os professores preocupados com essa nova forma de ensino era o modo como esses conteúdos iam ser ministrados e como as crianças iriam interagir através das redes, deixando os educadores inseguros quanto a essa variável.

A inquietação dos professores com questões mais técnicas, como, por exemplo, dar aula online, gravar vídeos e como os alunos irão acessar o material em casos em que não contam tecnologia em casa, soma-se a uma preocupação com a participação dos estudantes (CORDEIRO, 2020, p.6).

Todas essas dúvidas e dificuldades fizeram com que o ensino remoto emergencial trouxesse consigo novas aprendizagens e formas de se reinventar bem como outras preocupações que ainda assolavam os profissionais.

Nesse contexto de ERE, as TD se tornaram mecanismos de referência para o desenvolvimento das atividades escolares. No entanto, também há uma compreensão de que a pandemia desenvolveu uma complexidade na realização do trabalho docente, pois existem implicações ao transformar a sala de estar em sala de aula, considerando a composição familiar que compartilha daquele espaço e todas as outras demandas que trazem fragilidade na estrutura emocional do profissional (ARRUDA, 2020 apud ALFARO, CLESAR, GIRAFFA, 2020, p.10).

Enfatiza-se também que além das dificuldades apresentadas por os educadores, outro fator que se destaca através do Ensino Remoto se refere a exclusão digital, que se tornou ainda mais evidente na pandemia,

Isto é, diante da urgência de adaptações para a continuidade dos estudos, evidenciou-se que parte da população que não possui acesso à internet está sendo privada do processo de aprendizagem por plataformas on-line. Nesse sentido, considerando a diversidade social do Brasil, a vulnerabilidade financeira de muitas famílias e, conseqüentemente, a exclusão digital, é possível afirmar que o momento pelo qual estamos passando é oportuno para uma reflexão e avaliação de uma nova educação, visto que a própria Constituição Federal garante educação de qualidade a todos, contudo essa garantia à educação não está sendo atendida nesse período de ERE (JOYE et al, 2020 apud ALFARO, CLESAR, GIRAFFA, 2020, p.10).

Partindo desse pressuposto, sabemos que para que os educandos tenham uma aprendizagem satisfatória mesmo em tempos de pandemia precisa-se então que uma junção de fatores contribua para essa aprendizagem, indo desde a didática e metodologia até a acessibilidade e disponibilidade dos pais no momento das atividades.

A aprendizagem é fundamental no desenvolvimento da criança e isso é primordial para a sua formação como ser humano, para que se tenha uma boa aprendizagem é necessário ter comprometimento,

De acordo com Simons e Masschelein (2011), vivemos em um tempo em que aprender tornou-se um imperativo. Para os autores, vivemos em uma sociedade de aprendizagem, que se caracteriza pelo objetivo de produzir sujeitos comprometidos com sua aprendizagem (PRÁXIS EDUCATIVA, 2020, p.5).

O ambiente escolar é um dos principais contribuintes para o desenvolvimento e aprendizagem do educando, através do contato físico, atividades dirigidas e outros diversos aspectos que esse espaço proporciona podemos assegurar um desenvolvimento positivo para as crianças, principalmente na Educação Infantil. Com o surgimento do Covid-19 as limitações surgiram e assim houve uma modificação temporária no ambiente e nas formas de transmissão dos saberes.

O tempo escolar é um tempo de performatividade e não pode ser desperdiçado, sob ameaça de que não se cumpram determinadas metas. Segundo Ball (2005), a performatividade é uma tecnologia que está impregnada na cultura das sociedades contemporâneas, tendo como princípio a mensuração objetiva do desempenho e da produtividade de indivíduos ou organizações. Ainda de acordo com o autor, a performatividade instala-se na educação, por meio de uma ânsia gerencialista de controlar resultados. Nessa perspectiva, podemos pensar que os principais danos que a suspensão das aulas traria seriam justamente na queda da produtividade educacional (PRÁXIS EDUCATIVA, 2020, p.6).

Diante disso, nesse contexto pandêmico a educação sofreu diversos danos em relação a qualidade de ensino, a aprendizagem dos educandos e ainda a acessibilidade a recursos tecnológicos, seja por parte dos profissionais como por parte das crianças e isso foi um dos aspectos que influenciaram para um desenvolvimento satisfatório e adequado mesmo que de forma remota nas instituições.

3.2 A especificidade da Educação Infantil e o Ensino Remoto

A educação faz parte do desenvolvimento de todo cidadão e é a base para que este possa se tornar um ser humano capaz de crescer e aprimorar seus conhecimentos e saberes já adquiridos até antes mesmo do ingresso escolar. De acordo com com Domingues (2019) apud Cordeiro (2020),

A educação é um processo histórico e transitório que sofre alterações no decorrer do tempo e de acordo com o contexto socioeconômico, do local ao global, sendo necessário muitas vezes adequar-se às reais necessidades do aluno e do processo de aprendizagem (DOMINGUES, 2019 apud CORDEIRO, 2020, p.9).

Dessa forma o ambiente escolar se torna fundamental para que as crianças possam desenvolver-se de acordo com suas especificidades e obter o seu próprio conhecimento

através das vivências realizadas em sala, principalmente nos anos iniciais. Silva (2017 p. 152) afirma que “O ambiente de sala de aula é, por natureza, heterogêneo, isto porque é formado por sujeitos com histórias de vida diferentes, culturas variadas, e formas de relação com os saberes também diferentes”.

Segundo Anjos e Francisco (2021),

O artigo 6º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) indica que as propostas de Educação Infantil devem respeitar princípios éticos (autonomia, solidariedade, respeito às diferentes culturas...), políticos (cidadania, criticidade...) e estéticos (criatividade, liberdade de expressão...). Tais princípios, embora possam ser vivenciados parcialmente nas experiências em família, ganham novo ânimo nas relações com outras crianças, outras famílias e outros adultos, sendo que a instituição de Educação Infantil pode contribuir na ampliação das relações extrafamiliares (ANJOS; FRANCISCO, 2021, p.136).

Através da ludicidade, da socialização e do concreto as crianças exploram o mundo e se desenvolvem, esses são um dos principais aspectos que caracterizam a Educação básica e promovem o desenvolvimento pleno da criança. Mas, com o surgimento da pandemia, realizar essas atividades se tornaram desafios para os educadores e a maior dificuldade estava agora voltada para orientar os pais a proporcionarem em suas casas ambientes que promovessem para as crianças esses desenvolvimentos que antes eram estimulados no convívio escolar.

Nesse sentido, o Parecer do CNE n.º 5/2020 orienta sobre as atividades pedagógicas não presenciais em razão da pandemia de Covid-19 e sugere que as instituições de ensino infantil desenvolvam materiais de orientações aos pais ou responsáveis com atividades educativas de caráter lúdico, recreativo, criativo e interativo, a serem realizadas com as crianças em casa, enquanto durar o período de isolamento social. Essas orientações desafiam as possibilidades da oferta do ensino infantil de forma remota, pois a educação de crianças de zero a cinco anos deve proporcionar experiências que instiguem a criatividade e possibilite descobertas do mundo social e cultural em seu entorno, e esse processo de mediação e demais interações vivenciadas em uma instituição de Educação Infantil difere das realidades em um contexto doméstico (GONÇALVES; BRITO, 2020, p. 43).

Em contrapartida, Anjos e Francisco (2020) ressaltam que,

O artigo 5º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil afirma que a Educação Infantil se caracteriza como espaço educacional não doméstico que pode funcionar em período integral ou parcial, atendendo crianças de 0 a 5 anos de idade, em instituição pública ou privada, que deve ser regulada e supervisionada por órgão competente e submetida ao controle social. Nesse contexto, qualquer proposta de atividade na modalidade remota na relação entre as crianças e as instituições não pode ser considerada como Educação Infantil no sentido do trabalho pedagógico que é realizado por profissionais com formação específica e em ambientes intencionalmente organizados para enriquecer as experiências das crianças (ANJOS; FRANCISCO, 2021, p.135).

Mas, diante dessa nova proposta, com a aprovação do Parecer n.º 5/2020, em 28 de abril de 2020 houve uma reorganização do calendário escolar para que as atividades não presenciais cumprissem a carga horária mínima anual por conta da pandemia. O mesmo faz

orientações a respeito de atividades a serem desenvolvidas com as crianças com intuito de minimizar a perda das crianças referente a aprendizagem, orientando os pais e educadores acerca das atividades para que não houvesse eventuais retrocessos como Gonçalves e Brito (2020) destacam,

Desse modo, surge a necessidade de que se repensem a educação formal e o papel da escola, principalmente, quanto à Educação Infantil e ao processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança de zero a cinco anos que tem como eixos norteadores das práticas pedagógicas as interações e a brincadeira (GONÇALVES; BRITO, 2020, p.42).

Como afirma as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), “os eixos norteadores das práticas pedagógicas para essa etapa de ensino são as interações e as brincadeiras” (BRASIL, 2010) que devem possibilitar o desenvolvimento de experiências diversas para que a criança aprenda e se desenvolva de forma integral. Assim,

[...] a expectativa é que a criança vivencie, em espaços escolares, situações diversas de aprendizagem, que as possibilitem desenvolver as suas potencialidades por meio de atividades planejadas, com vista nas brincadeiras livres e nas situações de interações com adultos e outras crianças. Mas, diante do atual contexto de pandemia mundial, as instituições de Educação Infantil, públicas e privadas, estão fechadas desde março de 2020 sem ofertar atendimento presencial para as crianças de todo o país (GONÇALVES; BRITO, 2020, p. 42 - 43).

Mediante a essa perspectiva o ensino remoto limitou o aprimoramento dessas potencialidades, pois é através do estímulo dessas interações e brincadeiras que a Educação Infantil proporciona a socialização e absorção de conhecimentos referentes a diferentes linguagens e culturas no processo de ensino e aprendizagem. Gonçalves e Brito (2020, p.40) afirmam que “Nesses ambientes, as crianças são consideradas como sujeito histórico, de direito, que aprende e se desenvolve no processo das interações sociais e com capacidades próprias de agir e pensar o mundo do seu jeito”.

A BNCC destaca as aprendizagens essenciais na Educação Infantil e reconhece que, além do educar e do cuidar como eixos indissociáveis nesse processo, “[...] a interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças” (BRASIL, 2017, p. 35).

Assim, a Educação Infantil tem um papel fundamental no desenvolvimento da criança, “Ouvir as crianças e verificar suas apropriações é um trabalho interessante na perspectiva de dar voz e vez às crianças no mundo.” (Anjos; Francisco, 2021, p.129), é através dessa perspectiva que podemos então fazer com que estes educandos possam se desenvolver cada vez mais e atingir todos os objetivos no que se refere ao cognitivo, afetivo, social e psicológico.

4 METODOLOGIA

A referida pesquisa trata-se de um relato de experiência reflexivo e dissertativo sobre a vivência pessoal na adaptação do ensino remoto tanto do educador como dos educandos e seus familiares da turma da Educação Infantil I que compreende a crianças de 1 ano de idade até os 2 anos bem como os desafios enfrentados em comum no contexto da pandemia do Covid-19.

A experiência abrangeu o período de Maio de 2020 a Outubro de 2020 que se desenvolveu a partir das vivências presenciadas nas atividades remotas (online) através da plataforma do Google Meet e registros de imagens de arquivo pessoal enviado pelos pais das crianças por Whatsapp ou Instagram em uma creche/escola particular localizada no município de Campina Grande/PB no bairro do Jardim Tavares.

O relato está embasado em cima de 6 atividades e suas respectivas propostas referentes a cada mês (que corresponde o período de Maio a Outubro de 2020) com as crianças da turma do Infantil I através da mediação de atividades e recursos pedagógicos confeccionados enviados para casa, utilização de vídeos, música, contação de histórias, entre outros materiais utilizados.

Dessa forma, podemos destacar que “[...] o relato de experiência permite ao pesquisador apresentar suas experiências e vivências que possam contribuir com relevância para academia, ciência e área de atuação” (GIL, 2008 apud MEDEIROS, PEREIRA; SILVA, 2020, p.3).

5 O USO DE RECURSOS DIGITAIS PARA ATIVIDADES REMOTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Com o surgimento da Pandemia do Coronavírus e o fechamento das escolas em Março de 2020 por o grande avanço do vírus (COVID-19) na população nós educadores tivemos que nos adaptar a uma nova forma de ensino através da utilização de plataformas digitais e as crianças a essa nova forma de aprendizagem, principalmente por ter que ficar um logo período de tempo em frente a uma tela de computador, celular ou tablet.

Essa adaptação não estava apenas voltada para a utilização das tecnologias mas também a necessidade de realizar um planejamento embasado na nova realidade, pois as práticas pedagógicas e as metodologias empregues precisavam ser adaptadas em relação ao tempo da atividade, os recursos utilizados, o distanciamento e ainda o fator emocional. Os educandos também passam por uma adaptação, estes por sua vez estavam agora isolados, sem contato físico com as outras demais crianças e ainda necessitaram desenvolver a disciplina para se concentrar nas atividades remotas, deixando totalmente de lado o meio afetivo e social antes tido no ambiente escolar.

Diante dessa nova perspectiva, as metodologias ativas se tornam mais evidentes nas atividades, estas de acordo com Bacich e Moran (2018, p.41) “[...] são grandes diretrizes que orientam os processos de ensino e aprendizagem e que se concretizam em estratégias, abordagens e técnicas concretas, específicas e diferenciadas”.

Para que se obtenha bons resultados através da utilização de metodologias ativas os educadores precisam explorar seus diversos conhecimentos, habilidades e utilizar a criatividade para que os resultados sejam satisfatórios. Partindo desse pressuposto, Moran (2017) enfatiza que:

As tecnologias digitais hoje são muitas, acessíveis, instantâneas e podem ser utilizadas para aprender em qualquer lugar, tempo e de múltiplas formas. O que faz a diferença não são os aplicativos, mas estarem nas mãos de educadores, gestores (e estudantes) com uma mente aberta e criativa, capaz de encantar, de fazer sonhar, de inspirar. Professores interessantes desenham atividades interessantes, gravam vídeos atraentes. Professores afetivos conseguem comunicar-se de forma acolhedora com seus estudantes através de qualquer aplicativo, plataforma ou rede social (MORAN, 2017, p.1).

Através da elaboração de um novo planejamento e da utilização das metodologias ativas no dia 29 de Maio de 2020 foi realizado o envio do link da atividade no Google Meet para os pais das crianças da turma do Infantil I. A atividade deste dia tinha como enfoque trabalhar a relação da família e sua importância e estimular as habilidades motoras.

Inicialmente foi realizada musicalização de acolhida e oração com a turma para estímulo da interação na atividade online. Em seguida foi realizado contação de história sobre “Pinóquio” com a utilização do livro para que fosse feita uma introdução sobre o conceito de família e da sua importância, trabalhando também a concentração e o interesse das crianças através da realização da contação de histórias e suas respectivas imagens.

Após a contação de história realizamos cantiga com fantoches da família dos dedos com a turma e logo após foi realizada orientação de como seria realizado a atividade, solicitamos para os pais uma folha de ofício e estes deveriam realizar o desenho de uma casa, em seguida, as crianças foram orientadas a realizarem desenho/pintura da sua família na casa e por fim colar palitos de fósforo na linha tracejada da casa.

Figura 1: Professora realizando contação de história: Livro Pinóquio



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 2: Recursos utilizados na atividade.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Esta atividade utilizou o campo de experiência “Escuta, fala, pensamento e imaginação” e os objetivos de aprendizagem foram “Demonstrar interesse ao ouvir histórias lidas ou contadas, observando ilustrações e os movimentos de leitura do adulto-leitor (modo de segurar o portador e de virar as páginas)” e “Reconhecer elementos das ilustrações de histórias, apontando-os, a pedido do adulto-leitor” (BRASIL, 2017, p. 49). Como também o campo “Traços, sons, cores e formas” no que se refere ao objetivo de aprendizagem “Traçar marcas gráficas, em diferentes suportes, usando instrumentos riscantes e tintas” (BRASIL, 2017, p. 50).

Com a realização dessa atividade, podemos perceber que as crianças participaram positivamente de todas as atividades propostas através do Meet. A transição de uma atividade para a outra em um curto espaço de tempo é fundamental para estes educandos, principalmente nessa faixa etária.

Segundo Kim (2020), viabilizar experiências gratificantes para as crianças envolve, para além dos recursos, tanto em momentos presenciais como remotos, a interação com as crianças, construção de relações, manutenção da atenção no encontro, encorajamento para participação nas atividades, saber ouvir e questionar. As atividades lúdicas e práticas (como cantar, dançar, desenhar, construir brinquedos) foram consideradas como as mais relevantes para as crianças pequenas na atividade online (KIM, 2020 apud ANJOS, FRANCISCO, 2021, p.131).

No dia 26 de Junho de 2020, o planejamento se refere ao estudo das cores e o desenvolvimento da motricidade fina através da realização de atividade de pescaria. Foi realizado com as crianças primeiramente acolhida com boneco e animais da música “A turma do seu Lobato” enfatizando o reconhecimento dos animais e em seguida realizamos contação de história com o livro “*Quero Colo*”.

É através da história que a criança pode desenvolver sua capacidade de criatividade, buscando novos meios de interpretação, que segundo o RCNEI essa prática é positiva.

No processo de construção do conhecimento, as crianças se utilizam das mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem idéias e hipóteses originais sobre aquilo que buscam desvendar. Nessa perspectiva as crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem (BRASIL, 1998, v. 1, p. 22 -23).

Logo após esse momento literário, partimos para a apresentação do jogo das argolas. Foi realizada a orientação de como seria feita a atividade e o levantamento de algumas perguntas: “Qual cor dessa argola?”, “E essa é a cor?” a criança que desejasse participar da atividade poderia levantar a mão e assim uma por vez respondia qual era a cor ali destacada.

Diante dessa atividade, podemos perceber um pouco de dificuldade em relação a comunicação e participação das crianças. Na maior parte do tempo as mesmas acabavam se

dispersando da atividade com brinquedos ou se dirigiam a outros ambientes da sua casa, dificultando assim um pouco a conclusão da atividade.

Em outro momento, realizamos então a vivência com pescaria utilizando tampas de garrafa, bacia e peneira (o material já havia sido solicitado na atividade anterior), nesta atividade as crianças deveriam tentar pegar as tampinhas com a peneira e assim ao final da atividade cada um iria contar com o auxílio dos pais e da professora o número de tampas que foram pescadas pelo educando. Tal brincadeira foi bem divertida e proporcionou a eles um entrosamento e participação satisfatória na atividade com os colegas e a professora e o objetivo de aprendizagem se referiu a “Utilizar os movimentos de prensão, encaixe e lançamento, ampliando suas possibilidades de manuseio de diferentes materiais e objetos” (BRASIL, 2017, p. 47) fazendo com que as crianças tivessem uma melhor desenvoltura nas suas habilidades motoras e explorem novas formas de desenvolvimento. De acordo com o RCNEI,

Os jogos, as brincadeiras, a dança e as práticas esportivas revelam, por seu lado, a cultura corporal de cada grupo social, constituindo-se em atividades privilegiadas nas quais o movimento é aprendido e significado. Dado o alcance que a questão motora assume na atividade da criança, é muito importante que, ao lado das situações planejadas especialmente para trabalhar o movimento em suas várias dimensões, a instituição reflita sobre o espaço dado ao movimento em todos os momentos da rotina diária, incorporando os diferentes significados que lhe são atribuídos pelos familiares e pela comunidade (BRASIL, 1998, v.2, p. 15).

Figura 3: Recursos utilizados na atividade.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

No dia 01 de Julho de 2020, o planejamento estava embasado nas figuras geométricas, em especial o Quadrado. Nessa atividade, iniciamos a mesma com musicalização, apresentação de fichas identificativas das crianças, roleta do tempo e oração. Em seguida,

realizamos contação de história cantada sobre “Seu José e seu Mané” trabalhando assim a amizade e a importância do outro.

Em outro momento, realizamos então a apresentação de alguns objetos que são quadrados e se parecem com a forma geométrica que está sendo trabalhada na atividade e juntamente com estes objetos tocava ao fundo a música das formas geométricas. Em seguida, as crianças juntamente com os pais foram orientadas a pegarem o caderno de atividades para que fosse realizada atividade pedagógica sobre a forma geométrica estudada com a utilização de giz de cera para pintura do mesmo.

Mediante ao desenvolvimento do planejamento pedagógico dessa atividade podemos perceber a importância da didática e da utilização de recursos sonoros nas atividades.

Ouvir música, aprender uma canção, brincar de roda, realizar brinquedos rítmicos, jogos de mãos etc., são atividades que despertam, estimulam e desenvolvem o gosto pela atividade musical, além de atenderem a necessidades de expressão que passam pela esfera afetiva, estética e cognitiva. Aprender música significa integrar experiências que envolvem a vivência, a percepção e a reflexão, encaminhando-as para níveis cada vez mais elaborados (BRASIL, 1998, v. 3, p. 48).

Com a utilização de músicas as crianças interagem melhor com os colegas e a sua concentração se torna mais contínua facilitando assim um pouco mais o desenvolvimento das atividades propostas mesmo que de forma remota.

Figura 4: Aluna realizando atividade sobre a forma geométrica estudada: Quadrado.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Em relação ao campo de experiência explanado nesta atividade, o mesmo é o “Traços, sons, cores e formas” referente ao objetivos de aprendizagem, estes foram: “Traçar marcas

gráficas, em diferentes suportes, usando instrumentos riscantes e tintas” e “Explorar diferentes fontes sonoras e materiais para acompanhar brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias” (BRASIL, 2017, p.48).

No dia 21 de Agosto de 2020, a atividade se referiu ao folclore com contação de história em dedoches sobre as lendas do curupira, saci e a sereia. Ressaltamos também a musicalização de algumas cantigas do folclore proporcionando às crianças a interação através do estímulo das danças com a participação de seus familiares se possível. Nesse dia após a conclusão desse momento interativo, as crianças foram orientadas a confecção de brinquedo “Peteca” com a utilização de TNT, jornal, cola, Eva e fita.

Figura 5: Criança brincando com peteca confeccionada em sua casa.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Apesar das dificuldades encontradas para elaborar um planejamento que proporcione o mesmo desenvolvimento e interação que é realizado na sala de referência, algumas atividades propostas mesmo de forma remota através do Google Meet despertaram nas crianças o interesse e ainda a diversão através das brincadeiras realizadas no contexto familiar. Podemos notar que com a proposta da confecção da peteca as crianças puderam explorar os diversos

ambientes da sua casa e assim se divertir jogando-a para cima ou para o familiar que estava lhe acompanhando.

Muitas são as contribuições do brincar para o desenvolvimento infantil, de acordo com Vigotsky (2007). O brinquedo cria uma zona de desenvolvimento proximal na criança, sendo a atividade que vai impulsionar o desenvolvimento da criança pequena, possibilitando a passagem para um novo nível de desenvolvimento. A zona de desenvolvimento proximal se encontra entre o nível de desenvolvimento real, aquilo que a criança consegue realizar sozinha e o nível de desenvolvimento potencial, o que a criança tem capacidade para realizar, mas ainda não o faz independentemente. É resultado de interações mediadas, é o que a criança consegue realizar, mas contando com a ajuda de um mediador, que pode ser um adulto ou um colega mais experiente, por exemplo. Ou seja, o que está na zona de desenvolvimento proximal hoje, amanhã pode ser desenvolvimento real. Segundo Vigotsky (2007), o brincar cria essa zona de desenvolvimento, pois, brincando, a criança se comporta além de seu comportamento habitual (NAVARRO; PRODÓCIMO, 2012, p.636).

O campo de experiência desta atividade foi “O eu, o outro e o nós” com o objetivo de aprendizagem voltado para o “Interagir com outras crianças da mesma faixa etária e adultos, adaptando-se ao convívio social” (BRASIL, 2017, p.46) e o campo “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações” que destaca em um dos seus objetivos a importância de “Manipular, experimentar, arrumar e explorar o espaço por meio de experiências de deslocamentos de si e dos objetos” (BRASIL, 2017, p. 51).

Em 21 de Setembro de 2020, a atividade estava voltada para a Primavera, uma das quatro estações anuais que temos no nosso país. Nesse dia foi realizado com as crianças acolhida utilizando caixa musical para interação e também o reconhecimento dos animais através das imitações dos sons que estes representam. Logo em seguida, realizamos contação de história sobre a primavera utilizando avental de feltro, as crianças deveriam ficar atentas a cada detalhe para que depois realizassem a atividade sobre esta estação.

Nesse dia o campo de experiência explorado foi “Corpo, gesto e movimentos” com o objetivo de aprendizagem “Imitar gestos e movimentos de outras crianças, adultos e animais” (BRASIL, 2017, p.47) e o campo “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações” com o objetivo de aprendizagem voltado para “Manipular materiais diversos e variados para comparar as diferenças e semelhanças entre eles” (BRASIL, 2017, p.51).

Com isso, ao finalizar a história, os pais e os educandos foram orientados a pegar rolo de papel (que já havia sido pintado na atividade anterior), cola, papel crepom e tesoura (que com o auxílio dos pais por serem muito pequenos iriam cortar pequenas tirinhas) após o corte das tiras do rolo de papel, as crianças deveriam colocar as mesmas no caderno de atividades em formato triangular formando uma flor para representar a primavera e a história narrada

anteriormente. Por fim, elas iriam fazer bolinhas no papel crepom e colocá-las dentro do espaço da flor montada com as tiras do rolo.

Notamos que na realização da atividade a maior parte das crianças demonstraram interesse em cada etapa realizada, mas, algumas obtiveram dificuldade para realizar a colagem das tiras no papel assim como formar as bolinhas com o papel crepom. Estas dispersaram-se do ambiente fazendo com que o processo de conclusão da atividade não fosse finalizado naquele momento proposto. A BNCC enfatiza que,

Com base nessas experiências, elas se expressam por várias linguagens, criando suas próprias produções artísticas ou culturais, exercitando a autoria (coletiva e individual) com sons, traços, gestos, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, manipulação de diversos materiais e de recursos tecnológicos. Essas experiências contribuem para que, desde muito pequenas, as crianças desenvolvam senso estético e crítico, o conhecimento de si mesmas, dos outros e da realidade que as cerca. Portanto, a Educação Infantil precisa promover a participação das crianças em tempos e espaços para a produção, manifestação e apreciação artística, de modo a favorecer o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade e da expressão pessoal das crianças, permitindo que se apropriem e reconfigurem, permanentemente, a cultura e potencializem suas singularidades, ao ampliar repertórios e interpretar suas experiências e vivências artísticas (BRASIL, 2017, p. 41).

Sabemos que é muito importante levarmos em consideração o tempo de cada criança para o desenvolvimento da sua aprendizagem, por isso ter um ambiente adequado para a realização de tais atividades é fundamental para o desenvolvimento pleno da criança.

Figuras 6 e 7: Crianças realizando atividade sobre a Primavera.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

No dia 05 de Outubro de 2020, trabalhamos com as crianças as partes do corpo. Para essa atividade utilizamos o campo de experiência “Corpo, gestos e movimentos” através do objetivo de “Experimentar as possibilidades corporais nas brincadeiras e interações em ambientes acolhedores e desafiantes” (BRASIL, 2017, p.47); o campo “Traços, sons, cores e formas” através do “Explorar diferentes fontes sonoras e materiais para acompanhar brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias” (BRASIL, 2017, p.48); e ainda, “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações” partindo do objetivo de “Vivenciar diferentes ritmos, velocidades e fluxos nas interações e brincadeiras (em danças, balanços, escorregadores etc.)” (BRASIL, 2017, p.51).

Após a acolhida da turma com oração e apresentação utilizando as fichas identificatórias foi solicitado que as crianças ficassem em pé para realização de musicalização com exploração do corpo e gestos que as músicas iriam determinar. Para essa atividade utilizamos as músicas “*Cabeça, ombro, joelho e pé*”; “*Estátua diferente*”; e “*Zé bochecha*”. Os educandos nessa atividade adoraram reproduzir os comandos destacados nas músicas referente às partes do corpo e assim interagiram com seus familiares e com os colegas mesmo que através da tela na sala virtual do Google Meet, foi um momento divertido e satisfatório para todos que estavam participando.

É através da desenvoltura dos movimentos do corpo que a criança desenvolve a motricidade e expressa tudo que estão sentindo, dessa forma como afirma a BNCC,

Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade. Por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem (BRASIL, 2017, p. 40-41).

Posteriormente, as crianças foram orientadas a sentarem para que fosse realizado contação de história com fantoches, a história do dia foi “Chapeuzinho vermelho” que também destaca algumas partes do corpo, em especial, o rosto. Assim, após a finalização da história foi solicitado para as crianças pegarem o recurso que havia sido enviado para casa para a realização da atividade.

A atividade proposta se referia a identificação de onde ficava localizado as partes do nosso rosto e ainda o desenvolvimento da percepção de onde encaixar cada objeto ali exposto. O recurso que foi enviado continha um rosto impresso (menino/menina) plastificado, com velcro e as referidas partes do rosto (olhos, boca, nariz, sobrancelha e ouvido) para serem coladas na imagem.

Figuras 8: Recurso enviado para casa para realização de atividade proposta.



Fonte: Pinterest

Identificamos que as crianças adoraram todos os momentos propostos da atividade e que a interação e participação das mesmas foram satisfatórias. A utilização de música, de recursos didáticos adequados e de boa comunicação com os educandos se faz fundamental mesmo que de forma remota. Assim, referente a utilização dos recursos didáticos Sá, Campos e Silva (2007, p. 26) afirmam que “a variedade, a adequação e a qualidade dos recursos disponíveis possibilitam o acesso ao conhecimento, à comunicação e à aprendizagem significativa”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o surgimento da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) toda a população teve que se habituar a novos hábitos que até então eram considerados normais. Essas mudanças desencadearam muitos impactos na população, principalmente no que se refere ao convívio social, mas, além desse fator, outros fatores também sofreram impactos como a economia, as famílias e as crianças. Através dessas mudanças muitas pessoas foram afetadas com perdas de familiares, de emprego, problemas psicológicos e outros fatores que poderíamos mencionar.

Como a transmissão do vírus facilmente era realizada através do contato físico como aperto de mão, saliva, espirros ou abraços, o isolamento social se tornou obrigatório e assim como os adultos as crianças sofreram com essa nova rotina. Deixando o ambiente escolar, sua rotina e o contato com seus professores e colegas, essas passaram a ficar em casa tendo apenas contato com seus familiares.

Ressaltamos que a pandemia trouxe aspectos positivos no que se refere à aproximação das famílias, estas muitas das vezes não tinham tempo para ficar com seus filhos e assim viviam em uma rotina na qual muita das vezes não conseguiam notar o impacto dessa rotina causado na vida das crianças. Os pais em sua maioria, relacionavam a Educação Infantil a um ambiente no qual se referia apenas ao cuidado dos seus filhos, mas, com a realização das atividades remotas estes puderam perceber que o trabalho dos professores(as) vão além do cuidar, estes além do cuidar tem o papel de educar as crianças a se tornarem seres pensantes e capazes de desenvolver seus próprios pensamentos e opiniões acerca do mundo como também o desenvolvimento da aprendizagem através das interações e brincadeiras com os adultos e seus pares.

A utilização das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) foram de suma importância para o auxílio do ensino e aprendizagem dos educandos e estas quando usadas da maneira certa trazem grandes benefícios para seus usuários e a educação.

Outro fator de relevância se dá referente a facilidade ao acesso a essas tecnologias pois os educandos estudam em creches/escolas particulares visto que no contexto das creches e escolas públicas o acesso a essas tecnologias em sua maioria não se pode obter com tanta facilidade.

Compreendemos que a utilização de recursos digitais não é recomendado para crianças dessa faixa etária, elas precisam do contato físico, social e cultural para desenvolver-se de

forma adequada e utilizar essas tecnologias para dar continuidade ao ensino foi uma das saídas para amenizar os impactos causados pela pandemia.

Trabalhar com crianças pequenas através da tela de computadores, celulares ou tablet são formas desafiadoras para o professor de se reinventar a cada segundo para que as atividades não se tornem monótonas e exaustivas para as crianças, visto que elas se dispersam com facilidade e estão sempre em busca de novas descobertas. O grande desafio para ensinar através dos recursos digitais é fazer com que o educando interaja e aprenda de forma significativa e para isso é de suma importância o apoio dos pais nesse processo.

Diante do exposto, consideramos que através da análise das experiências destacadas o trabalho realizado através do ensino remoto trouxe grandes aprendizados no que se refere ao trabalho com Educação Infantil. Essa etapa de ensino é primordial para o desenvolvimento de toda criança e precisa ser explorada para que todas as suas especificidades sejam desenvolvidas, o professor tem um papel fundamental nesse processo de ensino e aprendizagem, assim como os educandos e seus familiares. Mesmo através do uso do ensino remoto, o educador tem que está sempre em constante mudança, traçando novos objetivos, didáticas e respeitando as individualidades de cada educando. Quando é realizado uma mediação entre escola, o educando e família o processo de aprendizagem se torna eficaz e assim as crianças podem crescer em uma sociedade na qual todos estão juntos em um mesmo objetivo, proporcionar para as crianças de hoje uma educação de qualidade na qual estas estão aptas a participar e enxergar novos horizontes no futuro.

REFERÊNCIAS

- ALFARO, Lisandra da Trindade, CLESAR, Caroline Tavares de Souza, GIRAFFA, Lucia Maria Martins. **Os desafios e as possibilidades do ensino remoto na Educação Básica: um estudo de caso com professores de anos iniciais do município de Alegrete/RS**. Dialogia, São Paulo, n. 36, p. 7-21, set./dez. 2020. Acesso em: 27 de Fev. de 2022.
- ANJOS, Cleriston Izidro dos, FRANCISCO, Deise Juliana. **Educação Infantil e Tecnologias Digitais: Reflexões em tempos de pandemia**. Zero-a-Seis, Florianópolis, v. 23, n. Especial, p. 125-146, jan./jan., 2021. Universidade Federal de Santa Catarina. Acesso em: 28 de Fev. de 2022.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Philippe Ariès: tradução Dora Flaksman - 2º ed. - Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. Acesso em: 6 de Fev. de 2022.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. – 4. ed. – Brasília, DF : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020. 59 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/572694/Lei_diretrizes_bases_4ed.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 6 de Fev. de 2022.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular - educação infantil**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília: MEC/INEP, 2017.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562 p.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010. 36 p.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 5/2020**, Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. 2020. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_PAR_CNECPN52020.pdf Acesso em: 28 de Fev. de 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Introdução. Brasília: MEC/SEF, 1998. v. 1. 101 p.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Formação pessoal e social. Brasília: MEC/SEF, 1998. V. 2. 85 p.
- BRASIL. Ministério e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Conhecimento de mundo. Brasília: MEC/SEF, 1998. v. 3. 253 p.
- COMENIUS, J. A. Didática magna. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CORDEIRO, Karolina Maria de Araújo. **O impacto da pandemia na educação: A utilização da tecnologia como ferramenta de ensino.** 2020. Acesso em: 27 de Fev. de 2022.

Currículo em Movimento da Educação Básica: Educação Infantil. Brasília, 2013. DISTRITO FEDERAL: Secretaria de Estado de Educação do DF.

DELMONDES, Iraildes Sales dos Santos. **A educação da criança de 0 a 3 anos: um olhar para a prática docente.** 2015. Disponível em:
<<https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/18256-iraildes-sales-dos-santos-delmondes.pdf>>
Acesso em 14 de Maio. de 2022.

Ensino fundamental de nove anos : orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade / organização Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. –Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 135 p. : il.

GONÇALVES, Edilma Mendes Rodrigues. BRITTO, Ana Luiza Floriano de Moura. **Ensino remoto na Educação Infantil em tempos de pandemia: reflexões acerca das novas formas de ensinar.** Revista Práxis, v. 12, n. 1 (Sup.), dezembro, 2020. Acesso em: 28 de Fev. de 2022.

GUIMARÃES, Célia Maria. **A história da atenção à criança e da infância no Brasil e o surgimento da creche da pré-escola.** Revista Linhas. Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 80-142, set./dez. 2017. Disponível em:
<<https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/download/1984723818382017081/pdf/35474>> Acesso em: 22 de Jun. de 2021.

In PINTO, M.; SARMENTO, M.J.(coords.) As crianças: contextos e identidades. Braga:Universidade do Minho, 1997. Disponível em:
<<https://pactuando.files.wordpress.com/2013/08/sarmento-manuel-10.pdf>> Acesso em 22 de Jun. de 2021

KUHLMANN JÚNIOR, M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica.** Porto Alegre: Mediação, 1998.

LINHARES, Juliana Guimarães. **História Social da Infância.** Sobral, 2016. Acesso em: 20 de Janeiro de 2022.

MEDEIROS, A. Y. B. B. V. de; PEREIRA, E. R.; SILVA, R. M. C. R. A. Desafios das Famílias a Adaptação da Educação Infantil a Distância Durante a Pandemia de Covid-19: **Relato de Experiência.** EaD em Foco, v. 10, n. 3, e1051, 2020.

Metodologias ativas para uma educação inovadora: **uma abordagem teórico-prática** [recurso eletrônico] / Organizadores, Lilian Bacich, José Moran. – Porto Alegre: Penso, 2018 e-PUB.

MORAN, José. **Tecnologias digitais para uma aprendizagem ativa e inovadora.** Atualização do texto Tecnologias no Ensino e Aprendizagem Inovadoras do livro A Educação que Desejamos: novos desafios e como chegar lá. Campinas, SP: Papyrus, 2012 5ª ed , cap. 4. Disponível em:
<http://www2.eca.usp.br/moran/wpcontent/uploads/2017/11/tecnologias_moran.pdf> Acesso em: 10 de Jan. de 2022.

MEC. **O que é a educação a distância?**. 2018. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12823:o-que-e-educacao-a-distancia>>
Acesso em: 28 de Fev. de 2022.

NAVARRO, M. S.; PRODÓCIMO, E. **Brincar e mediação na escola**. Rev. Bras. Ciênc. Esporte, Porto Alegre, v. 34, 2012. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/rbce/a/sgWpzDM6pfhnFzhRDqjQvgJ/?format=pdf&lang=pt.>>
Acesso em: 27 de Fev. de 2022.

PARAÍBA. Decreto nº 40.242, de 16 de Maio de 2020. **Dispõe sobre a adoção, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pela COVID-19 (Novo Coronavírus), bem como sobre recomendações aos municípios e ao setor privado estadual**. Paraíba: Palácio do Governo do Estado da Paraíba, 2020. Disponível em:
<<https://paraiba.pb.gov.br/noticias/joao-azevedo-assina-novo-decreto-ampliando-isolamento-com-abrangencia-para-todos-os-municipios/Decreton40.242Prorrogaisolamento15.05.20convertido.pdf>> Acesso em: 10 de Fev. de 2022.

Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 15, e2016289, p. 1-24, 2020. Disponível em:
<<https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>> Acesso em: 14 de Fev. de 2022.

RUSCHEL, Gian Eligio Soliman, TREVISAN, Mariana Borba, PEREIRA, Josei Fernandes. **Ensino remoto no contexto de uma instituição privada**, 2020. Acesso em: 27 de Fev. de 2022.

SÁ, Elizabet Dias de; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Myriam Beatriz Campolina. **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência visual**. Brasília: SEESP, SEED, MEC, 2007.

SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel. **As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo**, 2013. Acesso em 15 de Dez. de 2021.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Imagário e culturas da infância**, 2002.
<<https://pactuando.files.wordpress.com/2013/08/sarmento-manuel-10.pdf>> Acesso em: 10 de Jan. de 2022.

SILVA, Edsom Rogério. **O Ensino Híbrido no Contexto das Escolas Públicas Brasileiras: Contribuições e Desafios**. Revista Porto das Letras, Vol. 03, Nº 01. 2017 Estudos Linguísticos. Acesso em: 28 de Fev. de 2022.